A primeira vida de Paio Gomes Charinho, trovador e almirante do mar*

The First Life of Paio Gomes Charinho, Troubadour and Grand-Admiral of the Sea

ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA

Universidade de Coimbra – CHSC

antonioroliveira19@gmail.com

Palavras-chave

**Idade Média;
canção
trovadoresca;
linhagem dos
Charinho; Paio
Gomes Charinho;
mar;
almirante-mor do
mar.**

Paio Gomes Charinho é uma das figuras mais salientes do trovadorismo galego-português. No entanto, a importância da sua obra não tem sido acompanhada pela resolução das dúvidas que a sua integração familiar e a própria biografia levantam. Neste ensaio, integrando um ou outro dado menos conhecido e com a consciência do muito que há ainda por fazer, procurámos reflectir sobre a linhagem a que pertenceu e, por outro lado, sobre o período mais obscuro da sua biografia, isto é, até ao primeiro documento de arquivo que dele conhecemos, uma doação de D. Sancho IV de Castela, na qual aparece já como almirante. O cargo desempenhado e a importância do mar na sua obra justificam, assim o pensamos, a sua presença numa obra dedicada ao importante acontecimento comemorado.

Keywords

**Middle Ages;
troubadour song;
Charinho lineage;
Paio Gomes Char-
inho; sea;
almirante-mor do
mar [“grand ad-
miral of the sea”].**

Although Paio Gomes Charinho was one of the most prominent troubadours in the Galician-Portuguese context, the attention paid to his important work has never been complemented with studies on the existing questions about his family background and other biographical aspects. In the present essay, we make use of some lesser known data. And while remaining aware that much research still needs to be done, we seek to reflect not only on Paio Gomes Charinho's lineage, but also on the more obscure period of his biography, i.e., before the first archival document we know of – a donation from D. Sancho IV of Castile, by which time Paio Gomes Charinho already emerges as an admiral. We believe that the position he held and the relevance of the sea in his writings plainly justify his inclusion in a work devoted to the important event now being celebrated.

* Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A 13 de Fevereiro de 1282, o infante D. Sancho doava a Paio Gomes, “almirante mayor de la mar”, os direitos sobre a Aldea de Rego, povoação situada não longe de Rianxo (González Jiménez; Carmona Ruiz, 2012: doc. 3571).

Este documento iniciava como que uma segunda vida de Paio Gomes Charinho que, depois de um já largo percurso biográfico afastado da documentação de arquivo, iria a partir de então deixar nela uma marca quase constante até à sua morte em 1295. Aparecendo como Almirante ainda nos finais do reinado de Afonso X, devemos contextualizar essas novas funções certamente em ligação com o enquadramento vassálico pressuposto no documento da doação, isto é, associando-as à relação do novo Almirante com um infante que assumiria o poder cerca de dois meses depois, embora tivesse de esperar mais de dois anos pela subida ao trono. Da doação feita, depreendemos também, pela proximidade de Rianxo, que seria já senhor desta povoação um senhorio que poderá ter acompanhado a investidura nas novas funções que passou a exercer.

Com a chegada de Charinho, cumpriam-se quase três décadas na trajectória de um cargo surgido nos inícios do reinado de Afonso X, quando se cruzariam no pensamento do monarca a necessidade de uma frota permanente, quer para o combate à pirataria costeira, quer para outros projectos em curso, mormente a cruzada africana, apesar de ela ter sido algo esquecida após o saque a Salé em 1260¹. A avaliar pelos ocupantes anteriores do referido cargo, e tendo sido já detectadas as ligações familiares que estabeleceram entre si, associa-os também a pertença a uma nobreza sem a projecção socio-política das grandes linhagens, mas com percursos de aproximação à corte, por meio da criação régia, da ligação vassálica a infantes etc. (Ladero Quesada, 2003: 62-63)². Figura central na ligação do grupo terá sido João Garcia de Villamayor, relacionado familiarmente com vários dos almirantes e provavelmente, por via de uma irmã, com Paio Gomes³. A assunção destas e de outras funções, porventura mais regionais, mas igualmente importantes para a afirmação da presença do monarca no reino, materializava o alargamento da máquina do Estado e a instalação de uma nobreza de serviço, para quem seriam certamente vistas como uma oportunidade de ascensão social.

Para momentos em que as necessidades de defesa se tornavam mais prementes, os reis castelhanos recorriam a experimentados homens do mar, como o genovês Micer Benedetto Zaccaria, que davam mais garantias de sucesso na empresa (Ladero Quesada, 2003: 60-61). Este genovês foi requisitado por D. Sancho IV em 1284-1285, altura da ameaça merínida e quando era Almirante Paio Gomes, tendo voltado a Castela ainda em 1291-1294, para fazer

¹ González Jiménez, 2004: 70-71; Ladero Quesada, 2003: 58-60. Nas *Siete Partidas*, a “guerra de la mar”, chefiada pelo Almirante, surgia associada à constituição de uma frota capaz de se opor eficazmente contra o inimigo exterior e também à preparação de navios para actividades de corso. Cf. *Las Siete Partidas del rey Don Alfonso el Sabio*, 1807: ley I.

² Segundo este autor, a sequência dos Almirantes seria Rui Lopes de Mendoza (1254), Fernão Guterres (1272), Pedro Lasso de la Vega (1278), Pedro Martins de Fé (1279) e Paio Gomes Charinho (1282-1286). João Garcia de Villamayor, que assumiu em 1260 a chefia da expedição a Salé, embora com atribuições idênticas ao almirante, surge com o título de “adelantado mayor de la mar”.

³ Não conseguimos documentar o casamento de qualquer das irmãs de Paio Gomes com membros da linhagem de Villamayor. Atendendo aos cargos ocupados e à sua importância no contexto trovadoresco, este autor beneficiou de alguma atenção, faltando ainda, no entanto, um esclarecimento cabal das origens da família e de vários dos seus membros. Os principais contributos para a sua biografia encontram-se em: Vasconcelos, 1990, II: 423-434; Gaibrois de Ballesteros, 1922-1928; Cotarelo Valledor, 1984; Martínez Salazar, 1943: 94-96; Oliveira, 1994: 400-401; Souto Cabo, 2012: docs. 9, 11; Pardo de Guevara y Valdés, 2017: 457-460.

frente a novas ameaças vindas do norte de África⁴. Assim, na escolha do Almirante de la Mar ou para desempenhar funções afins, as opções jogavam-se, consoante as circunstâncias, entre uma experiência marítima já testada e figuras próximas do monarca, pois, como concluía a lei relativa ao Almirante, “sobre todo le conviene que sea leal de guisa que sepa amar et guardar al señor et á los que van con él” (*Las Siete Partidas...*, 1807: ley III).

No entanto, a notoriedade ganha por Paio Gomes, a partir dos finais do reinado de Afonso X, com o primeiro grande cargo público dos que assumiu, chegava tarde para quem se pensa que terá nascido por volta de 1225-1230. E à falta de documentos que atestem o seu percurso anterior tem sido grande a tentação de lhe construir uma biografia desse período que, de algum modo, pudesse anunciar o seu percurso posterior, mas sem alicerces documentais que a possam sustentar. Razão pela qual se torna necessário revisitar o mais obscuro período de vida de Paio Gomes, não tanto para o tentar certificar – quando se mantém a falta de documentação relativa ao almirante e seu meio familiar –, mas para uma reflexão sobre os materiais disponíveis, tendo em vista uma optimização do seu aproveitamento na definição da trajectória do trovador.

No rasto da linhagem

Nas dificuldades de aproximação ao seu enquadramento familiar se deteve Cotarelo Valledor na parte inicial da obra em que editou o cancioneiro deste autor e procurou reunir diferentes materiais, tendo em vista definir e conhecer a sua biografia (Cotarelo Valledor, 1984). Precisamente no início do capítulo biográfico, as expressões utilizadas denotam a frustração do investigador em não ter clarificado quanto desejaria as suas origens familiares: “Nebulosos, como el cielo de su patria, se ofrecen los orígenes de nuestro cavaleiro” ou “Muy confusas parecen su estirpe y procedencia. Los genealogistas le adjudican diversos progenitores, aunque siempre sin la necesaria probanza” (Cotarelo Valledor, 1984: 12, 13-14). E, apesar da importância deste trovador, não se assistiram a melhorias sensíveis nas décadas mais recentes quanto à sua linhagem originária e às gerações mais próximas das de Paio Gomes. Por então, apoiado numa setecentista *Arbol genealógico de la familia Aldao*, Cotarelo fê-lo descender de Pedro Arias de Aldán por intermédio de um Gonzalo Gómez Charinho casado com uma dona não identificada da linhagem Mariño (Cotarelo Valledor, 1984: 14-15). Se a ligação aos Aldán, pelo que sabemos, lhe chega por via dos ascendentes da mulher, Maria Geraldês Maldoado, estranha-se, por outro lado, o nome do suposto pai que, com o mesmo patronímico do autor, mais pareceria ser um dos seus irmãos. Acresce que, recentemente, as pesquisas de Souto Cabo poderão ter-nos devolvido o nome do verdadeiro pai, na figura de um Gomes Nunes, dito ‘Charinus’, documentado como testemunha de transações de bens em Cangas e Vilarinho (Cambados) em 1253 e 1260, o que levanta problemas em relação à integração na linhagem do ainda não identificado Gonzalo Gómez Charinho (Souto Cabo, 2012: docs. 9, 11).

Da geração do trovador conhecem-se, de momento, três irmãs: Teresa e Maria (ou Marinha), mencionadas por Cotarelo, e Mécia Gomes (Cotarelo Valledor, 1984: 15-16; Rodríguez Núñez, 1993: 275). E se, da última, a indicação recolhida não nos permite saber sequer se casou, à segunda têm sido atribuídos casamentos com dois membros da linhagem

⁴ Em Portugal, o cargo de Almirante-mor iniciou-se em 1307 com Nuno Fernandes Cogominho, mas em 1317, o rei D. Dinis escolheria igualmente um genovês, Micer Manuel Pessanha, para reorganizar a sua frota naval (cf. Pizarro, 2011: 173-174).

castelhana Villamayor, não tendo sido apresentada, no entanto, nenhuma indicação documental que possa abonar qualquer deles⁵. Mais seguro parece ser o casamento da primeira, Teresa, com Garcia Peres, que tem vindo a ser identificado com Garcia Peres Sarmento⁶. Quanto ao trovador, sabemos que casou com Maria Gerales Maldoado, bisneta de Pedro Arias de Aldán e neta de Nuno Peres Maldoado, o primeiro a usar o novo apelido familiar (Mattoso, 1980: 74M3-Q5); para o nome, Cotarelo Valledor, 1984: 48-49). O casamento do trovador na mesma região e com uma dona de uma linhagem cuja integração no *Livro de linhagens do conde D. Pedro* se fez por intermédio do casamento de um dos seus membros com Aldara Fernandes Churrichã diz bem da mediania destas linhagens, justificando, de algum modo, as dúvidas e lacunas que persistem nas gerações documentadas.

Na geração subsequente fazem-se já sentir as consequências da presença de Paio Gomes na corte desde os anos setenta, como veremos. Na verdade, em relação a Álvaro Pais e a Soeiro Gomes, temos já indicações da sua proximidade da corte régia, embora mais esporádica do que a do pai e sem a ocupação de cargos de relevo, enquanto para Rui Pais, a documentação conhecida parece situá-lo mais no sul da Galiza (Cotarelo Valledor, 1984: 116-119; Pardo de Guevara y Valdés, 2017: 457). Referindo-se a estes três irmãos, o *Livro de linhagens do conde D. Pedro* concretiza que “nem ùu destes nom houverom semel”, o que poderá justificar que o senhorio de Paio Gomes acabe por surgir associado a uma Joana Marinho Charinho, cujo nome levanta dúvidas quanto à sua associação aos filhos do trovador. Sabendo-se que casou com Diogo Álvares de Soutomaior I, documentado entre 1332 e 1350(?), poderia, no entanto, ter uma cronologia que não se afastaria muito da de Álvaro Pais e seus irmãos⁷.

Idênticas dúvidas quanto ao seu posicionamento na linhagem se podem colocar em relação a um segundo Paio Gomes Charinho que é inevitável separar do Almirante dado se encontrar documentado no século XIV. Foi o que fez Pardo de Guevara y Valdés na breve biografia da sua filha Maria Álvares, onde o intitula “señor del puerto de Rianxo y de Lantaño”, admitindo como mais provável a sua inclusão no grupo dos filhos do trovador referidos até agora (Pardo de Guevara y Valdés, 2017: 457). Para a resolução das dúvidas formuladas devem igualmente ter-se presentes os dados conseguidos para estes membros da linhagem por Marta González Vázquez, na sua tese sobre o arcebispo de Santiago. Na verdade, na abordagem aí efectuada da linhagem dos Marinho, deixou já alguns dados avulsos sobre os Charinho. Não só sobre Rui Pais e Soeiro Gomes, mas também sobre Paio Gomes Charinho II, identificado como irmão de João Marinho e filho de Gonçalo Anes Marinho, e sobre Maria Álvares Marinho, filha de Paio Gomes Charinho e Maria Sanches de Gres (González Vázquez, 1996: 199, nt 438, 201).

A ponderação dos diferentes dados em presença leva-nos a admitir que, com o fim da varonia na geração subsequente à do autor em estudo, os respectivos bens e em particular o

⁵ Sobre a origem da possível confusão entre os dois membros da linhagem referidos, João e Fernão Garcia de Villamayor, debruça-se Carolina Michaëlis em Vasconcelos, 1990, II: 431, nt 1.

⁶ Na *Crónica de Alfonso X*, cap. LXXVI, é contada a história da ocupação do alcácer de Zamora pelos finais de 1281, sendo dito que, na altura, se encontrava à guarda de uma irmã de Paio Gomes, mulher de Garcia Peres “que era merino mayor del rey don Alfonso en Gallizia”. Nesse ano, no entanto, adverte o editor da obra, o meirinho seria Estêvão Fernandes de Castro. Cf. González Jiménez, 1998: 221, nt 328.

⁷ Em Anexo, incluímos uma genealogia dos Charinho que acrescenta um ou outro elemento e propõe, para outros, novas hipóteses de filiação, mas que não é ainda satisfatória para o esclarecimento da trajectória da família nos séculos XIII e XIV. Sempre que possível, associamos a cada membro o período em que o conseguimos documentar.

senhorio de Rianxo terão passado a um ramo feminino da linhagem, porventura iniciado na geração do próprio Paio Gomes, e para o qual ainda não foram encontrados dados creíveis, tendo em vista a clarificação cabal da trajetória do senhorio. Dado que a primeira figura feminina, que surge associada ao senhorio, é Joana Marinho Charinho e, aparecendo o apelido Marinho igualmente associado a Paio Gomes II por intermédio do pai, de um irmão e da filha, será lógico pensar que todos eles pertenceriam ao mesmo ramo dos Marinho-Charinho, talvez resultante do casamento de Gonçalo Anes Marinho com um membro da linhagem Charinho, porventura com uma das irmãs do trovador, Maria/Marinha ou Mécia. E teria sido neste ramo que Rianxo teria prosseguido o seu percurso, após a quebra de varonia dos Charinho, até às mãos de Maria Álvares Marinho, onde o vemos em 1374⁸.

Paio Gomes

A passagem pela linhagem do trovador, com todos os problemas e dúvidas ainda persistentes, é sumamente instrutiva quanto ao que poderíamos esperar de Paio Gomes. Um membro da pequena nobreza galega sediada na área de influência de Pontevedra, com ascendentes ainda obscuros e membro de uma linhagem onde subsistem lacunas e interrogações, mormente quanto a casamentos efectuados, quanto à integração precisa de alguns membros na família etc. Por outras palavras, não deve causar qualquer admiração a ausência de documentação sobre o trovador até aos inícios dos anos oitenta, quando está junto ao infante que se prepara para aceder ao trono de Castela, tendo conseguido já o cargo de Almirante do mar.

Felizmente para o historiador, a produção cultural deste autor e, sobretudo, o seu cancionero satírico viabilizam o conhecimento de alguma da sua movimentação perto de meados do século XIII e mesmo posterior, o que permite suprir a pobreza de informação sobre ele existente entre os anos vinte e 1282.

Pensando que poderá ter nascido por volta de 1225, teria pouco mais de vinte anos quando participou na conquista de Sevilha em 1247-1248. Apesar de não ser referido no respectivo repartimento como um dos combatentes, tal facto não inviabiliza a sua presença no cerco da cidade, quando se sabe que os repartimentos estão longe de reflectir o conjunto dos cavaleiros que participaram na conquista das cidades, a que dizem respeito, e que estes poderiam optar por outras formas de retribuição da sua acção militar. Mesmo prescindindo da inscrição do seu túmulo, que afirma essa participação de forma taxativa⁹, a sua resposta a *En Arouca uma casa faria*, sátira do trovador português D. Afonso Lopes de Baião, visando o mosteiro de Arouca, concorre para admitirmos essa participação, sabendo-se da presença em Sevilha deste magnate português (Oliveira, 1994: 308). Dito isto, parece-nos já menos razoável poder pensar-se – olhando para a idade que teria na altura, bem como para o patamar nobiliárquico de que partia – que Charinho pudesse ter tido já uma participação relevante nessa conquista, nomeadamente, como tem sido sugerido, em ligação com as operações navais de Ramón Bonifaz.

Poderíamos mesmo admitir que a resposta de Charinho seria um pouco anterior, feita na altura da tomada de Jaén, onde D. Afonso Lopes igualmente esteve, atendendo à referência à

⁸ Martínez Salazar, 1943: doc. I. Remetemos para o esquema genealógico com os dados conseguidos sobre a linhagem, incluindo a indicação das cronologias dos respectivos membros já documentados e, em cor cinzenta, a proposta apresentada quanto ao ramo Marinho-Charinho.

⁹ Embora a inscrição seja bem mais tardia, terá sido feita a partir de uma outra, cerca de treze anos posterior à morte de Paio Gomes (cf. Chamoso Lamas, 1979: 148-152).

povoação numa das suas cantigas de amigo, cujo refrão é bem conhecido: “Sobre mar vén quen frores d’amor ten,/myrarey, madre, as torres de Geén” (LP 114,2). Mas, não havendo qualquer indicação que aponte para o momento da conquista de Jaén, teremos também de equacionar a possibilidade de o amigo estar de regresso, por mar, de um fossado que terá ocorrido na mesma região. Uma segunda cantiga de amigo, integrando igualmente o motivo heráldico das flores, símbolo da linhagem do amigo, parece ser complementar desta, falando não do regresso, mas da partida do amigo, também por via marítima, para a operação militar em causa:

As ffroles do meu amigo
briosas van no navyo.
E vass’ as frores
d’aquí ben con meus amores,
idas som as frores
d’aquí ben con meus amores. (LP 114,4)

Na verdade, a presença de Jaén no teatro das operações militares na Península do século XIII ultrapassou largamente a mera conquista desse importante burgo. Os historiadores têm chamado a atenção para a sua importância estratégica no contexto do controle de Granada e da sua Veiga, em particular no quadro da presença na Península dos benimerines, a partir de 1275¹⁰. Mas já nos anos sessenta, tinha sido visitada, mais de uma vez, por Afonso X, no contexto da instabilidade política motivada pelos levantamentos mudéjares na região. Aí esteve o monarca em 1265, depois de assinar um tratado de paz com Granada, e aí terá voltado cerca de quatro anos depois com objectivos igualmente de pacificação da zona (González Jiménez, 2004: 216). Neste contexto, os anos de 1265-1285 teriam também de se integrar na discussão relativa à cronologia provável das duas cantigas de amigo referidas, ligadas entre si por vários motivos poéticos. Atendendo à presença de Sancho IV em Santiago, em 1286, poderíamos mesmo pensar que os dois cantares terão sido feitos próximo desta data e que a referência a Santiago, a quem a amiga pede que traga o amigo, resultaria deste contexto. O próprio rei, no ano anterior, tinha ocorrido ao sul para conter mais uma incursão marinida na Andaluzia, por sinal a última antes da morte do sultão Abu Yusuf no ano seguinte. De qualquer modo, com Jaén tão presente nas movimentações militares andaluzas, pelo menos a partir de 1265, será sempre problemática qualquer opção por uma das datas acima elencadas.

Independentemente do ano em que, numa das décadas mencionadas, as duas cantigas foram compostas, o aparecimento dos filhos do trovador na documentação, a partir de meados da década de oitenta, indicará que Paio Gomes terá casado com Maria Gerales por volta de meados do século. No quarto de século seguinte ou quase, regressamos ao silêncio sobre a sua situação e trajectória, apenas quebrado na primeira metade dos anos setenta com a tenção que tem com um senhor não nomeado sobre a exigência indevida de jantares em terras leonesas. Referimo-nos ao cantar *Hua pregunta vos quero fazer*, onde o trovador galego interpela um “senhor”, durante muito tempo identificado com D. Afonso X, sobre os jantares que comia

¹⁰ De acordo com González Jiménez, 2004: 298 e Martínez, 2003: 184, surgia, com Sevilha e Écija, como um dos centros de controle das movimentações dos exércitos na Andaluzia. As razias na região continuaram na sequência de um segundo desembarque em 1277, e ainda em 1283, um exército norte-africano, regressado à Península em apoio a Afonso X, devastava terras de Jaén, entre outras. Cf. González Jiménez, 2004: 322-323, 355.

em Leão e o oponente lhe responde alegando o prazer que sentia num bom jantar, em particular se não tinha de o pagar, isto é, se ele lhe era facultado “en doaçom”¹¹. Dois documentos relativos a queixas da catedral de Leão sobre uma exigência de que estavam isentos levou-nos já à figura do infante herdeiro, Fernando de La Cerda, justificando, assim, o modo anómalo da identificação do segundo autor da tenção e conduzindo-nos a acontecimentos da primeira metade da década de setenta¹².

Esta composição mostra-nos que Paio Gomes se insinuara já na corte castelhana nos inícios dos anos setenta, surgindo próximo do círculo do infante herdeiro, o que lhe asseguraria, desde logo, boas perspectivas para uma crescente visibilidade nos anos subsequentes. A falta de apoio documental quanto ao casamento das irmãs do trovador não permite ainda dizer se esta aproximação da corte se deveu a ligações familiares com linhagens aí instaladas ou a qualidades do próprio Charinho que se tornassem progressivamente importantes no contexto político-militar do reinado de Afonso X. De qualquer modo, não se conhecem grandes movimentações da frota, entre 1260 e 1279, e a ligação do trovador parece estabelecer-se, antes de mais, com os círculos dos herdeiros: de Fernando de La Cerda e, depois da sua morte, do segundogénito Sancho.

No primeiro documento que o situa na corte, aquele com que iniciámos este trabalho, assume já o cargo de Almirante do mar. Terão sido quaisquer qualidades de liderança ou experiência marítima a catapultá-lo para a corte, eventualmente já com Fernando de La Cerda? É cedo para o dizermos, embora tenhamos de frisar que a aniquilação da frota castelhana no cerco a Algeciras ocorrera menos de três anos antes. Mas, olhando para a sua produção trovadoresca, não temos razões para pensar que as composições onde o mar surge como suporte da acção ou é ele próprio directa ou indirectamente objecto do cantar possam ter sido compostas muito antes desta viragem na trajectória biográfica deste autor. Para além das cantigas de amigo já mencionadas e da dirigida ao rei D. Sancho, já bem conhecida, merece também destaque a cantiga de amor com a qual concluímos este estudo, onde Paio Gomes compara a coita de amor à coita do mar:

Quantos og' andam eno mar aquí
coidan que coita no mundo non á
senón do mar, nen an outro mal ia.

Mais doutra guisa contece oie a mi:

coita d'amor me faz escaecer

a muy gran coita do mar, e teer

pola mayor coita de quantas son
coita d'amor a quen a Deus quer dar.

E é gran coita de mort' a do mar

mas non é tal, e por esta razón

coita d'amor me faz escaecer

a muy gran coita do mar, e teer

¹¹ LP 114,26. Nas edições respectivas, Cotarelo Valledor e Lapa optam pela leitura “en don”. Cf. Cotarelo Valledor, 1984: nº XXVII e Lapa, 1995: nº 305.

¹² Oliveira, 1994: 401. O infante herdeiro acabaria por morrer prematuramente em 1275, o que nos dá o *terminus ad quem* da tenção.

pola mayor coita, per boa fe,
de quantas foron, nen son, nen serán.
E estes outros que amor non an
dizen que non, mas eu direi qual é:
coita d'amor me faz escaecer
a muy gran coita do mar, e teer

por maior coita a que faz perder
coita do mar, que muitos faz morrer. (LP 114,17)

Nascido perto da costa, no sul da Galiza, e tendo atingido o Almirantado numa fase ainda inicial do percurso do cargo – foi, de acordo com Ladero Quesada, o seu quinto ocupante desde 1254 –, Paio Gomes Charinho soube explorar na produção trovadoresca galaico-portuguesa uma imagética marinha que atravessou todos os géneros poético-musicais, sendo sabiamente adaptada aos ditames de cada tipo de composição. De acordo com o que podemos entrever da evolução da sua obra, é provável que o mar somente se tenha imposto no seu cancionero a partir do momento em que aparece com tal cargo. Mas mesmo neste caso, não tendo sido o primeiro a transformar o mar em personagem das suas composições, foi ele, sem dúvida, que o modelou e poliu de modo a inseri-lo naturalmente, não apenas nos géneros amorosos, mas também na mais conhecida das suas composições, aquela em que compara o rei D. Sancho IV ao mar (LP 114,6; Oliveira, 1994: 260-261).

Eram, de qualquer modo, composições que pertenciam já a uma segunda vida deste trovador, a mais conhecida e que o catapultou do quase anonimato para o mais importante centro do poder hispânico, mas que estavam fora do nosso propósito ao iniciarmos estas reflexões sobre Paio Gomes e a sua trajectória até ao Almirantado.

BIBLIOGRAFIA:

BREA, Mercedes (Coord.). (1996). *Lírica Profana Galego-Portuguesa*. 2 vols. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia – Centro de Investigacións Ramón Piñeiro. (Sigla LP com número de autor e composição).

CHAMOSO LAMAS, Manuel (1979). *Escultura Funeraria en Galicia*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”.

COTARELO VALLEDOR, Armando (1984). *Cancioneiro de Paio Gómez Chariño (edición facsímil)*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes (1922-1928). *Historia del Reinado de Sancho IV de Castilla*. 3 vols. Madrid: Tip. de la “Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos” – Talleres de la Voluntad.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.). (1998). *Crónica de Alfonso X*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (2004). *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel & CARMONA RUIZ, María Antonia (2012). *Documentación e Itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta (1996). *El Arzobispo de Santiago. Una instancia de poder en la Edad Media (1150-1400)*. Sada: Edición do Castro.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel (2003). El almirantazgo de Castilla en la baja Edad Media. Siglos XIII a XV. *La Institución del Almirantazgo en España* (pp. 57-82). Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval.

LAPA, Manuel Rodrigues (1995). *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses* (3ª ed. ilustrada). Lisboa: Edições João Sá da Costa.

MARTÍNEZ, H. Salvador (2003). *Alfonso X el Sabio. Una biografía*, Madrid: Ediciones Polifemo.

MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés (1943). La sucesión en los feudos del Almirante Pay Gómez Charriño. *Museo de Pontevedra*, II, 94-96.

MATTOSO, José (Ed.). (1980). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

NIETO SORIA, José Manuel (2014). *Sancho IV de Castilla (1284-1295)*. Gijón: Ediciones Trea.

OLIVEIRA, António Resende de (1994). *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri.

PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo (Ed.). (2017). *Mujeres con Poder en la Galicia Medieval (siglos XIII-XV). Estudios, biografías y documentos*. Santiago de Compostela: Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2011). *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RODRÍGUEZ NÚÑEZ, Clara Cristela (1993). *Los Conventos Femeninos en Galicia. El papel de la mujer en la sociedad medieval*. Lugo: Servicio de Publicaciones Diputación Provincial.

Las Siete Partidas del rey Don Alfonso el Sabio, t. II, Partida segunda y tercera (1807). Part. II, tit. XXIV, ley I, III. Madrid: Imprensa Real.

SOUTO CABO, José Antonio (2012). En Santiago, seend'albergado en mia pousada. Nótulas trovadorescas compostelanas. *Verba*, 39, 237-298.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis (1990). *Cancioneiro da Ajuda*. Vol. II (reimpressão da edição de Halle). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Esquema genealógico